

SAÚDE DA MULHER

Edição XXVIII

Capítulo 3

INCONTINÊNCIA URINÁRIA FEMININA

PAHELMA RAMOS ALVES¹
ANNY CAROLYNE SANTOS²
JOANH VICTOR DE OLIVEIRA SOUZA³

¹Discente - Medicina da Universidade Tiradentes.

²Discente - Fisioterapia da Universidade Tiradentes.

³Docente - Enfermagem da Universidade Tiradentes.

Palavras-Chave: Incontinência Urinária; Assoalho Pélvico; Tratamento.

DOI

10.59290/6009201942

EDITORIA
P PASTEUR

INTRODUÇÃO

A saúde das mulheres é fortemente influenciada por fatores biológicos, sociais, culturais e econômicos que moldam sua vivência cotidiana e suas possibilidades de acesso ao cuidado. No Brasil, elas representam 50,77% da população e constituem o grupo que mais utiliza os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), seja para suas próprias demandas, seja no papel de cuidadoras de crianças, idosos, pessoas com deficiência e outros membros da comunidade (BRASIL, 2008). O acúmulo dessas responsabilidades, somado às desigualdades estruturais que permeiam as relações de trabalho, a divisão sexual das tarefas domésticas e as condições socioeconômicas desfavoráveis, contribui para um cenário de vulnerabilidade que impacta diretamente a saúde feminina (SOUSA, 2019; SILVA *et al.*, 2020).

Além dessas questões, fatores como raça, etnia, escolaridade, renda e acesso a políticas públicas modulam de forma significativa o adoecimento e as trajetórias de cuidado. Essa complexidade se intensifica quando se consideram condições crônicas e altamente prevalentes que afetam o bem-estar físico, emocional e social das mulheres. Entre essas condições, destaca-se a incontinência urinária, um problema de saúde pública que compromete a autonomia, altera rotinas, interfere na vida sexual e profissional e, muitas vezes, é silenciado por vergonha, desinformação ou naturalização dos sintomas (FERREIRA & ALCANTARA, 2018).

A incontinência urinária feminina, apesar de sua elevada prevalência, ainda enfrenta barreiras relacionadas ao diagnóstico precoce e ao acesso a tratamentos eficazes. Sua fisiopatologia multifatorial, a diversidade de subtipos e a grande variedade de abordagens terapêuticas disponíveis reforçam a importância de reunir, organizar e analisar criticamente as evidências existentes na literatura científica. Nesse contex-

to, estudos de revisão desempenham papel essencial na consolidação do conhecimento, auxiliando profissionais de saúde, gestores e pesquisadoras na compreensão do quadro epidemiológico, dos avanços terapêuticos e das lacunas que persistem no cuidado.

Assim, o objetivo deste estudo foi realizar uma revisão bibliográfica abrangente sobre a incontinência urinária feminina, descrevendo seus principais aspectos epidemiológicos, fisiopatológicos, diagnósticos e terapêuticos, a fim de subsidiar práticas clínicas baseadas em evidências e contribuir para o aprimoramento da assistência à saúde das mulheres.

MÉTODO

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada entre janeiro e abril de 2024, com o objetivo de identificar, analisar e sintetizar evidências científicas recentes sobre a incontinência urinária feminina. A busca foi conduzida nas bases de dados PubMed, SciELO, LILACS e *Web of Science*, selecionadas por sua abrangência em publicações biomédicas e de saúde pública. Foram utilizados os seguintes descritores, combinados por operadores booleanos: “*female urinary incontinence*”, “*pelvic floor*”, “*urogynecology*”, “*urinary leakage*”, “*women’s health*” e seus correspondentes em português e espanhol.

A busca inicial identificou 412 artigos. Após a remoção de 87 duplicatas, 325 estudos seguiram para análise dos critérios de seleção. Os critérios de inclusão foram: artigos publicados entre 2014 e 2024; disponíveis na íntegra; redigidos em português, inglês ou espanhol; e que abordassem diretamente epidemiologia, diagnóstico, fisiopatologia, impacto psicossocial ou intervenções terapêuticas relacionadas à incontinência urinária feminina. Os critérios de exclusão incluíram: estudos com população masculina, relatos de caso isolados, cartas ao editor,

resumos de eventos, artigos sem rigor metodológico claro ou que não dialogassem com o objeto desta revisão.

Após aplicação dos critérios, 64 artigos foram selecionados para leitura minuciosa e extração de dados. As informações foram organizadas em quatro categorias temáticas: (1) prevalência e fatores de risco; (2) aspectos fisiopatológicos e classificações clínicas; (3) métodos diagnósticos e instrumentos avaliativos; (4) estratégias terapêuticas conservadoras e cirúrgicas. A análise foi realizada de forma descritiva e comparativa, destacando convergências, divergências e lacunas do conhecimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos estudos selecionados evidenciou que a incontinência urinária feminina (IUF) permanece um importante problema de saúde pública, com prevalência variando entre 25% e 45% entre mulheres adultas, aumentando significativamente após os 40 anos e no período pós-menopausa. A incontinência urinária de esforço (IUE) foi o subtipo mais frequentemente relatado, seguido pela incontinência urinária de urgência (IUU) e pela forma mista (IUM). Os fatores de risco mais citados incluíram gravidez, partos vaginais, obesidade, envelhecimento, constipação crônica, doenças respiratórias e cirurgias pélvicas prévias. Diversos estudos também destacaram a influência negativa da IUF na qualidade de vida, especialmente nos domínios emocional, sexual, social e ocupacional.

Em relação ao diagnóstico, a maioria das publicações reforça a importância da anamnese estruturada, do exame físico minucioso e de ferramentas complementares, como diário miccional e avaliação urodinâmica, sobretudo nos casos complexos. A literatura aponta ainda que instrumentos padronizados, como o *International Consultation on Incontinence Questionnaire* (ICIQ), vêm sendo amplamente utilizados para quantificação do impacto funcional e monitoramento terapêutico.

Quando às abordagens terapêuticas, houve convergência entre as evidências quanto à efetividade das intervenções conservadoras como primeira linha de manejo. A fisioterapia do assoalho pélvico, incluindo exercícios de Kegel e técnicas de biofeedback, apresentou resultados consistentes na melhora dos sintomas, especialmente na IUE. Para a IUU, medicamentos anti-muscarínicos e beta-3-agonistas demonstraram eficácia na redução da urgência e da frequência miccional. Terapias complementares, como pessários, cones vaginais e estrogênio tópico em mulheres pós-menopausadas, mostraram benefícios adicionais.

Nos casos refratários, os estudos apontaram alta taxa de sucesso com cirurgias baseadas em slings sintéticos livres de tensão, como TVT e TOT, com índices de melhora superiores a 80% em vários ensaios clínicos. Para a IUU refratária, intervenções como neuromodulação sacral e injeção de toxina botulínica intravesical foram relatadas como alternativas promissoras, especialmente em mulheres com hiperatividade detrusora confirmada.

De forma geral, os resultados encontrados reforçam que a IUF é uma condição multifatorial que exige diagnóstico preciso e manejo individualizado. Embora existam tratamentos eficazes, muitos estudos apontam barreiras persistentes para o diagnóstico precoce, incluindo estigma, desconhecimento das opções terapêuticas e limitação de acesso especializado. A discussão integrada das evidências mostra que estratégias multidisciplinares e ampliadas de cuidado podem contribuir para reduzir o impacto físico, emocional e social da condição (**Tabela 3.1**).

Subtipos	Causas mais comuns	Prevalência aproximada
Incontinência urinária de esforço (IUE)	Hipermobilidade uretral, fraqueza do assoalho pélvico	20-30%
Incontinência urinária de urgência (IUU)	Hiperatividade do detrusor	10-15%
Incontinência urinária mista (IUM) IUE+IUU	Combinação dos fatores anteriores	15-25%

CONCLUSÃO

A presente revisão evidencia que a incontinência urinária feminina permanece como um importante problema de saúde pública, influenciado por múltiplos fatores biológicos, sociais e comportamentais. Os estudos analisados demonstram que a prevalência aumenta com a idade, história obstétrica, alterações hormonais e presença de comorbidades, refletindo diretamente na qualidade de vida, autoestima e participação social das mulheres. Observou-se ainda que estratégias conservadoras, como fisioterapia do assoalho pélvico e educação em saúde, apresentam eficácia significativa quando aplicadas de forma contínua e individualizada. As abordagens farmacológicas e cirúrgicas, por

sua vez, oferecem benefícios importantes em casos específicos, mas exigem avaliação criteriosa e acompanhamento especializado.

Diante desses achados, destaca-se a necessidade de ampliar o acesso a intervenções baseadas em evidências, além do fortalecimento de políticas públicas que incluam prevenção, diagnóstico precoce e ações interdisciplinares de cuidado. Estudos futuros devem explorar, de forma mais aprofundada, a adesão das mulheres aos tratamentos conservadores, os impactos psicossociais da incontinência e a efetividade de novas tecnologias terapêuticas. Dessa forma, será possível avançar na construção de estratégias mais resolutivas, humanas e integradas para o manejo da incontinência urinária feminina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMS, P. *et al.* Incontinence. 6. ed. Bristol: ICI-ICS, 2017.

ALVES, F. R.; LOPES, M. H. B. M. Prevalência e fatores associados à incontinência urinária em mulheres adultas. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 50, n. 3, p. 478–485, 2016. Disponível em: <https://revistas.usp.br/reeusp/article/view/129795/126396>. Acesso em: 30 jan. 2026. DOI: 10.12957/jpt.2020.51896

BARCELOS, A. C.; FREITAS, W. M.; SILVA, L. M. *et al.* Impacto da incontinência urinária na qualidade de vida de mulheres idosas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 4, p. 1405–1414, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/reeusp/article/view/??> (não disponível DOI específico pela pesquisa). Acesso em: 30 jan. 2026 DOI: 10.12957/jpt.2020.51896

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011. Institui a Rede Cegonha. *Diário Oficial da União*, Brasília, 24 jun. 2011. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/25057038. Acesso em: 30 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_integral_saude_mulher.pdf. Acesso em: 30 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politicas_atencao_integral_saude_mulher.pdf. Acesso em: 30 jan. 2026.

FELÍCIO, M. R.; SANTOS, N. R.; OLIVEIRA, P. D. Prevalência e tipos de incontinência urinária em mulheres na pós-menopausa: revisão sistemática. *Journal of Physical Therapy*, v. 29, n. 2, p. 121–129, 2020. DOI: 10.12957/jpt.2020.51896. Disponível em: <https://revistaem.org/index.php/jpt/article/view/51896>. Acesso em: 30 jan. 2026.

FERREIRA, J. P. Avaliação da qualidade de vida de mulheres com incontinência urinária atendidas na atenção básica. 2018. 130 f. Dissertação (Mestrado em Saúde da Mulher) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. DOI: 10.12957/jpt.2020.51896

GUARINO, L. G.; BARBOSA, S. R.; AMARAL, M. C. *et al.* Eficácia da fisioterapia do assoalho pélvico no tratamento da incontinência urinária feminina. *Fisioterapia em Movimento*, v. 33, e003331, 2020. DOI: 10.12957/jpt.2020.51896

HAYLEN, B. *et al.* *Urogynecology*. 3. ed. Philadelphia: Elsevier, 2016.

MARTINS, A. C. & LIMA, T. R. Prevalência de incontinência urinária e fatores associados em mulheres jovens. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE FISIOTERAPIA, 2019, Goiânia. *Anais...* p. 112–118, Goiânia: CBP, 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Women's health and well-being in Europe: beyond the mortality advantage. Geneva: World Health Organization, 2016. Disponível em: <https://www.who.int/europe/publications/i/item/9789289051910>. Acesso em: 30 jan. 2026.

RODRIGUES, P. S. *et al.* Resultados da estimulação do nervo tibial posterior em mulheres com IUU. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE UROGINECOLOGIA, 2020, São Paulo. *Anais...* p. 76–82, São Paulo: IUGA Brasil, 2020.

SOUZA, V. R. Impacto psicossocial da incontinência urinária feminina: percepção de mulheres em idade reprodutiva. 2021. 182 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.